

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO – 2016/2017

Pelo presente instrumento, firmam CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, de um lado o SINDICATO DOS SUPERMERCADOS E ATACADOS DE AUTO-SERVIÇO DO ESTADO DA BAHIA – SINDSUPER- CNPJ Nº 01.573.537/0001-03, e do outro lado, o SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DA CIDADE DE LAURO DE FREITAS - SINDECOLF, CNPJ Nº 32.700.213/0001-12, neste ato representados por seus Presidentes, JOSUÉ TELES DE ARAÚJO, brasileiro, casado, residente nesta capital, portador do CPF nº. 119.316.715-91 e MARIA EURIDÉIA MENDES, brasileira, solteira, residente em Lauro de Freitas, portadora do CPF nº. 474.534.785-53, respectivamente, todos devidamente autorizados por suas Assembleias, nos termos das Cláusulas que seguem, que aceitam e mutuamente se obrigam, a saber:

I – CLÁUSULAS DE NATUREZA ECONÔMICA

CLÁUSULA PRIMEIRA - PISOS SALARIAIS

1) A partir de 1º de março de 2016, fica garantido piso salarial, por função, nos seguintes valores:

1.1) Nas empresas com até 50 (cinquenta) empregados, inclusive:

- a) R\$ 939,47 (novecentos e trinta e nove reais e quarenta e sete centavos), para os empregados com mais de 90 (noventa) dias de serviço na mesma empresa, que exerçam as funções de office-boy, faxineiro, carregador, trabalhador braçal, copeiro, vigia, entregador, auxiliar de serviço, servente e similares, exceto o empacotador.
- b) R\$ 1.012,66 (um mil e doze reais e sessenta e seis centavos) para os demais empregados com mais de 90 (noventa) dias de serviço na mesma empresa, exceto o empacotador.

1.2) A diferença entre os pisos (maior e menor) será diluída em 2 (dois) anos, da seguinte forma: 1% para 2016, 1% para 2017. **Já inserido na alínea “b” do inciso 1.1 supra citado.**

1.3) Nas empresas com 51 (cinquenta e um) empregados, ou mais:

- a) R\$ 939,47 (novecentos e trinta e nove reais e quarenta e sete centavos), para os empregados com mais de 90 (noventa) dias de serviço na mesma empresa, que exerçam as funções de office-boy, faxineiro, carregador, trabalhador braçal, copeiro, vigia, entregador, auxiliar de serviço, servente e similares, exceto o empacotador.
- b) R\$ 1.024,64 (um mil e vinte e quatro reais e sessenta e quatro centavos) para os demais empregados com mais de 90 (noventa) dias de serviço na mesma empresa, exceto o empacotador.

1.4)As diferenças salariais serão pagas até 30 de junho de 2016.

2) A partir de 1º de março de 2016, para os trabalhadores, preferencialmente menores de 18 anos, que exerçam a função de **EMPACOTADOR**, fica assegurada a remuneração mínima de **um salário mínimo**, reajustado anualmente, de acordo com a legislação em vigor.

Parágrafo primeiro: Conceitua-se como **EMPACOTADOR DE SUPERMERCADO** o empregado que tenha como função: empacotar as mercadorias adquiridas pelos clientes do supermercado; auxiliar o cliente no transporte dessas mercadorias; verificar na área de venda, se for o caso, o preço da mercadoria; recolher carrinhos da loja e auxiliar o operador de caixa em atividades afins.

Parágrafo segundo: Fica estabelecido que a jornada de trabalho do **EMPACOTADOR DE SUPERMERCADO** será de 40 (quarenta) horas semanais.

CLÁUSULA SEGUNDA - REAJUSTE SALARIAL

Os empregados do comércio supermercadista, com salário superior àqueles estipulados como piso salarial da categoria, a partir de 1º de março de 2016, terão seus salários reajustados em 11,10% (onze vírgula dez por cento), compensando todas as antecipações legais e espontâneas ocorridas no período.

CLÁUSULA TERCEIRA - TRIÊNIO

A título de gratificação adicional por tempo de serviço, as empresas pagarão, mensalmente, aos seus empregados, para cada 03 (três) anos de efetivo serviço ao mesmo empregador, 3% (três por cento) do respectivo salário, limitado cada triênio ao valor equivalente ao de um salário mínimo legal.

CLÁUSULA QUARTA - QUEBRA DE CAIXA

A título de quebra de caixa, as empresas pagarão mensalmente aos seus empregados que exerçam efetivamente a função de caixa, 10% (dez por cento) do salário mínimo, se o empregado tiver menos de 90 (noventa) dias de tempo de serviço efetivo na mesma empresa e 10% (dez por cento) do respectivo salário para os que possuem tempo de serviço superior.

Parágrafo primeiro: Ficam desobrigadas deste pagamento as empresas que não descontarem de seus empregados as diferenças que ocorrerem no caixa.

Parágrafo segundo: Os empregados que exercem a função de caixa ficam isentos de qualquer responsabilidade na hipótese de não presenciarem a conferência do numerário.

Parágrafo terceiro: Obrigam-se os empregadores a não promoverem desconto no salário dos seus empregados das quantias correspondentes aos cheques por eles recebidos, que tenham sido sustados ou sem provisão de fundos, desde que observadas as normas da empresa.

CLÁUSULA QUINTA - JORNADA DE TRABALHO

A jornada do empregado permanece de 44 (quarenta e quatro) horas semanais ou 08 (oito) horas diárias, sendo permitida a compensação da duração diária do trabalho, desde que obedecidas as exigências e formalidades legais e os seguintes itens:

- a) As horas acrescidas em um ou mais dias da semana serão devidamente compensadas, em conformidade com a Lei.
- b) As horas extras do empregado, uma vez não compensadas, serão remuneradas com o adicional de 50% (cinquenta por cento), de acordo com a Lei.
- c) Os empregadores fornecerão, gratuitamente, aos empregados convocados para o trabalho suplementar com duração superior a 1h30 (uma hora e trinta minutos), um lanche (*in natura*) ou ticket refeição ou alimentação no valor de R\$ 3,00 (três reais).

CLÁUSULA SEXTA - ADEQUAÇÃO DA JORNADA - COMPENSAÇÃO

Convencionam as partes que as horas excedentes da jornada de trabalho poderão ser compensadas mediante concessão de folgas, observando o disposto abaixo:

- 1) A carga máxima de horas excedentes de trabalho será de 02 (duas) horas diárias e 30 (trinta) horas mensais.
- 2) As horas excedentes serão compensadas mediante concessão de folgas, que serão dadas obrigatoriamente no prazo máximo de 50 (cinquenta) dias, zerando assim todas as horas extras com o número equivalente de folgas.
- 3) A concessão de folgas aqui acordadas não impede a obrigatoriedade da folga semanal prevista em lei.
- 4) A compensação decorrente das horas trabalhadas excedentes da jornada diária, até o limite de 02 (duas) horas, dar-se-á com base na correlação, considerando para cada hora de excesso, 01 (uma) hora de folga.
- 5) Sempre que solicitado pelo empregado, deverão as empresas fornecer cópia de “espelho de ponto”, na forma requerida.
- 6) Os empregadores ficam proibidos de dar folga ao empregado no dia em que estiver escalado para o trabalho, salvo se requisitado pelo próprio empregado e de comum acordo com o empregador.
- 7) Na hipótese de impossibilidade das empresas cumprirem o acordado no prazo fixado, ficam obrigadas ao pagamento das horas excedentes trabalhadas e não compensadas, acrescidas do percentual constante nesta convenção coletiva, estabelecido para adicional de horas extraordinárias, devendo o pagamento ser realizado, obrigatoriamente, nos 30 (trinta) dias seguintes ao previsto no item 2 desta cláusula, fechando o sistema a cada 50 (cinquenta) dias, como aqui previsto. Em caso do pagamento não ser realizado no mês seguinte ao período de compensação, as horas extras serão pagas com o adicional de 100% (cem por cento).

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FUNCIONAMENTO DAS EMPRESAS AOS DOMINGOS

Fica autorizado o funcionamento das empresas nos dias de domingo nas condições abaixo discriminadas:

Parágrafo primeiro: Os empregados que forem escalados para o labor em dias de domingo receberão, a título de refeição ou alimentação, os seguintes valores:

- a) R\$ 21,70 (vinte e um reais e setenta centavos) para as empresas com até 50 (cinquenta) empregados.
- b) R\$ 29,00 (vinte e nove reais) para as empresas com mais de 50 (cinquenta) empregados.

Parágrafo segundo: Os referidos valores valem somente a partir de 01 de março de 2016.

Parágrafo terceiro: A bonificação, concedida nas condições e nos limites definidos nesta Convenção, não possui natureza salarial e não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos.

Parágrafo quarto: O pagamento deverá ser efetuado em até 6 (seis) dias úteis após o domingo trabalhado e deverá ser em dinheiro ou cartão alimentação/refeição. Ultrapassado este prazo, o pagamento só poderá ser efetuado em dinheiro.

Parágrafo quinto: Fica assegurado, aos empregados que trabalharem durante o período de funcionamento das lojas aos domingos, a compensação das horas efetivamente trabalhadas na folga da semana subsequente, previamente estabelecida na escala de revezamento.

Parágrafo sexto: Nenhum empregado estará obrigado a trabalhar em 03(três) domingos consecutivos, devendo ser respeitado o interregno de 01(um) domingo de descanso a cada 02(dois) domingos trabalhados consecutivamente, entre os domingos em que houver funcionamento da empresa.

Parágrafo sétimo: No caso das lojas situadas nos shoppings centers os supermercados seguirão os horários de abertura dos shoppings.

Parágrafo oitavo: Para as empresas que funcionarem aos domingos até às 14:00hs horas é recomendável a jornada máxima de 06 (seis) horas, para as empresas que funcionarem acima das 14:00hs a jornada será de 07 (sete) horas.

CLÁUSULA OITAVA - DO FUNCIONAMENTO DAS EMPRESAS NOS FERIADOS

Fica autorizado o trabalho nos feriados oficiais estabelecidos por Lei com jornada máxima de 07 (sete) horas, nas condições abaixo discriminadas:

Parágrafo primeiro: Os empregados que forem escalados para o labor em dia de feriado receberão a título de refeição ou alimentação, a partir de 01 de março de 2016 os seguintes valores:

- a) R\$ 29,00 (vinte e nove reais) para as empresas com até 50 (cinquenta) funcionários, inclusive;
- b) R\$ 44,50 (quarenta e quatro reais e cinquenta centavos) para as empresas com mais de 50 (cinquenta) empregados.

Parágrafo segundo: Os empregados que forem escalados para o labor nos feriados da “Sexta-feira Santa”, 01/05/2016 e 24/06/2016, embora não seja recomendado pelo SINDECOLF o funcionamento das empresas nestas datas, receberão os valores abaixo discriminados:

- a) R\$ 29,00 (vinte e nove reais) nas empresas com até 50 (cinquenta) funcionários inclusive, que funcionarem até às 14:00hs;
- b) R\$ 44,50 (quarenta e quatro reais e cinquenta centavos) para as empresas com 51 (cinquenta e um) funcionários, ou mais, que funcionarem até às 14:00hs;
- c) R\$ 42,30 (quarenta e dois reais e trinta centavos) nas empresas com até 50 (cinquenta) funcionários, inclusive, que permanecerem funcionando após às 14:00hs;
- d) R\$ 67,00 (sessenta e sete reais) para as empresas com 51 (cinquenta e um) funcionários, ou mais, que permanecerem funcionando após às 14:00hs;

Parágrafo terceiro: O pagamento, nas hipóteses descritas no parágrafo primeiro e segundo, deverá ser efetuado em dinheiro ou cartão alimentação/refeição em até 6 (seis) dias úteis após o feriado trabalhado. Ultrapassado este prazo, o pagamento só poderá ser em dinheiro.

Parágrafo quarto: Os empregados que forem escalados para o labor nos feriados dos dias 25/12/2016 e 01/01/2017, embora não seja recomendado pelo SINDECOLF o funcionamento das empresas nestas datas, receberão os seguintes valores:

- a) R\$ 61,00 (sessenta e um reais) para as empresas com até 50 (cinquenta) empregados;
- b) R\$ 122,50 (cento e vinte e dois reais e cinquenta centavos) para as empresas com mais de 50 (cinquenta) empregados.

Parágrafo quinto: As empresas que vierem a funcionar nas datas referidas no parágrafo anterior (25/12/2016 e 01/01/2017) poderão permanecer abertas das 08:00hs até às 17:00hs e deverão efetuar o pagamento referido no parágrafo anterior em dinheiro após o final do expediente.

Parágrafo sexto: A bonificação, concedida nas condições e nos limites definidos nesta Convenção, não possui natureza salarial e não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos.

Parágrafo sétimo: Fica assegurada, aos empregados que trabalharem no

feriado, a compensação das horas efetivamente trabalhadas através da concessão de folga, previamente estabelecida na escala de revezamento, no período máximo de 30 dias após o referido labor. Desatendida as condições aqui estabelecidas, o empregador deverá pagar a dobra correspondente na forma da Lei.

Parágrafo oitavo. Especificamente com relação aos feriados dos dias 25/12/2016 e 01/01/2017, em caso de não ser concedida a folga no período máximo de 30 dias, a empresa será obrigada a pagar as horas trabalhadas como labor extraordinário com o adicional de 100% sobre a hora normal.

CLÁUSULA NONA - DIA DO COMERCIÁRIO

No ano de 2016, o dia 17 de outubro será considerado "DIA DO TRABALHADOR COMERCIÁRIO SUPERMERCADISTA", não havendo trabalho para os empregados, sem prejuízo da remuneração ou do repouso semanal remunerado.

Parágrafo primeiro. O trabalho no dia dos comerciários é permitido para os profissionais da área de vigilância, segurança patrimonial e manutenção, que poderão laborar quando houver necessidade do serviço ou realizar vistoria no local.

Parágrafo segundo. Recomenda-se que as empresas mantenham as condições gerais já praticadas nesta data.

CLÁUSULA DÉCIMA - REFEIÇÃO

As empresas fornecerão, nos termos do PAT (Lei nº 6.321/76), inclusive no que tange ao desconto da participação do empregado, alimentação aos seus funcionários através do sistema de refeição convênio (ticket de refeição ou alimentação), sem natureza salarial, com valor diário não inferior a R\$ 10,40 (dez reais e quarenta centavos).

Parágrafo primeiro: Os referidos valores valem somente a partir de 1º de março de 2016.

Parágrafo segundo: As empresas que preferirem podem, ao invés de fornecer ticket refeição aos empregados, conceder esse benefício através de refeitórios, cestas básicas ou de refeições prontas e, neste caso, comprometem-se a fiscalizar a qualidade da refeição servida dentro de padrões nutricionais adequados e suficientes à manutenção da saúde do trabalhador.

Parágrafo terceiro: As empresas devem disponibilizar água potável aos funcionários durante o período de expediente.

II – CLÁUSULAS SOCIAIS E DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SUBSTITUIÇÃO

Em caso de substituição não eventual, na mesma função ou cargo de

confiança, o substituto passará a receber, a partir do primeiro dia e enquanto durar a substituição, a mesma remuneração do substituído.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA PROVISÓRIA

Com exceção dos empregados admitidos em caráter de experiência e nas hipóteses de pedido de demissão ou dispensa por justa causa, assegura-se a estabilidade temporária nas condições e prazos seguintes:

- a) Gestante - 80 (oitenta) dias após a licença maternidade.
- b) Pré Aposentado - Nos 12 (doze) últimos meses que antecedem a data para aquisição do direito à aposentadoria voluntária. O empregado perderá o direito a esta garantia se, ao entrar no período aquisitivo de pleitear a aposentadoria, não o fizer.
- c) Afastamento por doença - De 30 (trinta) dias após alta médica para os empregados que tenham sido afastados do trabalho por tempo igual ou superior a 06 (seis) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - EMPREGADO ESTUDANTE

O empregado estudante, estando devidamente comprovada esta condição, gozará das seguintes prerrogativas:

- a) A jornada de trabalho não poderá ser alterada se implicar em prejuízo ao seu comparecimento às aulas;
- b) Atendidas as conveniências do serviço, as empresas tentarão coincidir as férias do empregado estudante com o período de férias escolares;
- c) Serão consideradas justificadas, sem necessidade de compensação, as faltas ao serviço decorrentes de realização de exames vestibulares, desde que comprovadas e cientificado o empregador 48 (quarenta e oito) horas antes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ABONO DE FALTAS

As empresas não farão descontos nos salários dos empregados quando deixarem de comparecer ao serviço, desde que apresentem documentos que comprovem as seguintes situações:

- 1) Até 02 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendentes, irmãos, ou pessoa declarada como sua dependente econômica;
- 2) Até 03 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento;
- 3) Até 05 (cinco) dias consecutivos, em virtude de nascimento do filho;
- 4) Por 01 (um) dia, a cada 12 (doze) meses, em caso de doação de sangue;
- 5) Até 02 (dois) dias, em caso de alistamento eleitoral.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - LOCAL PARA AMAMENTAÇÃO

As empresas que contarem, por loja, com mais de 30 (trinta) empregados do sexo feminino, com idade superior a 16 (dezesesseis) anos, obrigam-se a manter local destinado à guarda dos respectivos filhos em idade de AMAMENTAÇÃO, facultado o convênio com creches.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONTRACHEQUES

As empresas fornecerão aos seus empregados recibos de remuneração mensal discriminando todas as verbas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Serão reconhecidos os atestados médicos e odontológicos fornecidos por facultativos do Sindicato dos Empregados, em razão da existência de Convênio com Instituto Nacional de Seguridade Social.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CURSOS E CONCURSOS OU EVENTOS AFINS

O empregado poderá ausentar-se do serviço, no período máximo de 03 (três) dias por ano, para participar de cursos, seminários de aperfeiçoamento profissional específico da atividade do comércio e no interesse deste, não ocorrendo prejuízo salarial.

Parágrafo único: A participação em eventos sindicais dependerá da iniciativa do respectivo Sindicato dos Empregados, sendo facultado ao empregador o atendimento, observando-se a compensação da jornada.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - UNIFORMES

As empresas, na medida em que exijam, fornecerão gratuitamente e anualmente, 03 (três) uniformes aos seus empregados, sendo responsáveis pela regulamentação do uso em serviço.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - RESCISÃO E HOMOLOGAÇÃO

A rescisão dos contratos de trabalho será regida pelos seguintes princípios:

- a) O empregado que pedir demissão e conceder aviso-prévio, desde que já tenha cumprido 1/3 (um terço) do respectivo prazo, ficará dispensado do cumprimento do restante, na hipótese de, comprovadamente, obter novo emprego, sendo remunerado apenas pelos dias trabalhados.
- b) Desde que solicitada, a empresa fornecerá Carta de Referência, se o empregado não tiver sido despedido por justa causa;
- c) Os empregadores se obrigam a fornecer aos empregados, por ocasião da rescisão contratual, a relação de salários de contribuição (formulário SB-13), em duas vias.
- d) É assegurado aos empregados com mais de 45 anos de idade, despedidos sem justa causa, e que foram admitidos até 28 de fevereiro de 2004, com mais de 03 (três) anos de efetivo labor para a mesma empresa, um aviso prévio de 60 (sessenta) dias, sendo que os 30 (trinta) dias excedentes do legal serão considerados indenizados, não podendo ser utilizados para contagem de avos para férias, 13º salário ou outras vantagens legais, inclusive integração ao tempo de serviço.
- e) As homologações das rescisões contratuais efetuadas no Sindicato, se contiverem ressalvas, deverão estar relacionadas no verso do documento rescisório.
- f) O SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DA CIDADE DE LAURO DE FREITAS deverá homologar as rescisões dentro do prazo estabelecido pela Lei, ou fornecer um documento informando que não será possível efetivar a homologação por não ter agenda, estabelecendo uma nova data para homologação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - EXAMES MÉDICOS

As empresas fornecerão aos seus funcionários cópias dos respectivos atestados de saúde ocupacional (ASO), além de cópias dos exames complementares.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Os empregadores se obrigam a não aceitar no interior de suas lojas, empregados de outras empresas sem carteira assinada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - PREVENÇÃO

O SINDSUPER, em parceria com o SINDECOLF, compromete-se a realizar campanhas e atividades informativas e preventivas sobre as doenças ocupacionais, planejamento familiar, doenças sexualmente transmissíveis, etc., mediante calendário anual, que deverá ser de conhecimento prévio de todos os envolvidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - POLÍTICA DE EMPREGO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

As partes aqui convenionadas instituem nesta data uma comissão paritária objetivando, a formulação de propostas e projetos para o estabelecimento de uma política de geração de empregos, requalificação profissional, ações sociais e outros temas de interesse das categorias patronal e laboral.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - PROGRAMA DE CULTURA DO TRABALHADOR

O SINDSUPER e o SINDECOLF recomendam que as empresas implementem o Programa de Cultura do Trabalhador, instituído pela Lei nº 12.761/2012, e proporcionem as medidas para conceder o vale-cultura, na forma da legislação citada, incentivando o acesso à cultura dos seus empregados

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - SEGURO OBRIGATÓRIO

As empresas concederão seguro obrigatório, por acidente ou morte, para os empregados que transportem valores ou exerçam as atividades de vigia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS VIGIAS

As empresas, através do seu Departamento Jurídico, prestarão assistência jurídica aos seus empregados que, no exercício da função de vigia, praticarem atos que levem a responder ação penal, desde que respeitadas às normas de segurança e de conduta estabelecidas pela empresa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

As entidades subscritoras dessa Convenção Coletiva de Trabalho reconhecem e incentivam a igualdade de oportunidades para todos, no acesso à relação de emprego ou na sua manutenção, independente do sexo, origem, raça, cor, estado civil, religião e situação familiar.

II – CLÁUSULAS DE RELAÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – FILIAÇÃO / DIVULGAÇÃO

Os representantes Sindicais, devidamente credenciados, poderão, em dia, hora e local previamente acordados com as empresas, nelas comparecer para filiação de novos sócios.

Parágrafo único: A divulgação da atividade sindical far-se-á na mesma ocasião, observadas idênticas condições, sendo que as publicações não poderão conter ofensas ou agressões aos empregadores.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DIRIGENTES SINDICAIS/ REPRESENTANTE SINDICAL

As empresas que tiverem, nos seus quadros, empregados que sejam dirigentes sindicais, poderão liberar apenas 01 (um), para ficar à disposição do Sindicato dos Empregados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DESCONTO DE MENSALIDADE

As empresas descontarão dos seus empregados, que assim solicitarem por escrito, as mensalidades sindicais no percentual de 2,0% sobre o salário mínimo, recolhendo-as na conta corrente do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DA CIDADE DE LAURO DE FREITAS, Banco Bradesco-Agência 1640, conta corrente nº 18719-4 no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o respectivo desconto.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – TAXA ASSISTENCIAL

Serão pagas aos Sindicatos, as seguintes taxas assistenciais:

a) Em favor do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DA CIDADE DE LAURO DE FREITAS:

Os empregadores descontarão dos seus empregados, salvo os que expressamente se manifestarem em contrário, a título de “taxa assistencial” a ser convertida em favor do Sindicato dos Empregados no Comércio de Lauro de Freitas, quantia de R\$ 16,00 (dezesesseis reais) nos **meses de junho, agosto, outubro, novembro de 2016 e janeiro e fevereiro de 2017.**

a.1 - As empresas irão realizar os descontos dos seus empregados, deverão depositar no Banco Bradesco- Agência 1640, conta corrente nº 18719-4, em formulário próprio, fornecido pelo Sindicato dos Trabalhadores, 10 (dez) dias úteis após a dedução, sob pena de multa de 2% (dois por cento) e atualização monetária;

a.2 - Os empregados que venham a se associar ao Sindicato dos Empregados passam a ficar isentos;

a.3 - O empregado poderá opor-se aos descontos previstos nesta cláusula, devendo para tanto comparecer à sede do seu Sindicato e, em formulário

apropriado, manifestar a sua livre intenção, em até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da assinatura da presente Convenção Coletiva de Trabalho, responsabilizando-se, ainda, por informar à empresa, no prazo de 10 (dez) dias, a sua opção, sob pena de efetivação do desconto enfocado.

a.4 – O valor e critério do desconto referido nesta alínea é de responsabilidade única e exclusiva do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DA CIDADE DE LAURO DE FREITAS.

b) Em favor do SINDSUPER:

As empresas filiadas ao SINDSUPER deverão recolher, até 31 de agosto de 2016, a importância equivalente a 1% (um por cento) da sua folha de pagamento do pessoal do mês de junho de 2016, sendo o mínimo de R\$ 210,00 (duzentos e dez reais) e o máximo de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais). Este valor deverá ser pago através de boleto bancário, enviado previamente pelo SINDSUPER.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - MULTA

Fica estipulada a multa de um piso salarial constante na cláusula 1ª, letra “a”, desta convenção, para o caso de descumprimento das obrigações de fazer, contidas nesta Convenção, da seguinte maneira:

- a) Cometida por qualquer das entidades convenientes, a multa reverterá em favor da outra.
- b) Se a infração tiver sido cometida por parte das empresas, a multa será revertida em favor de cada empregado prejudicado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DATA BASE

Fica mantida a data base da categoria para 1º de março, vigorando esta Convenção Coletiva de 1º de março de 2016 até 28 de fevereiro de 2017.

Parágrafo único: As entidades subscritoras desta Convenção poderão, a qualquer tempo, na forma lei, desenvolver negociações sobre as cláusulas aqui convencionadas ou outras condições de trabalho.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente em quatro vias de igual teor, para que possa produzir seus jurídicos e legais efeitos.

Lauro de Freitas, 01 de junho de 2016.

Josué Teles de Araújo
SINDSUPER - SINDICATO DOS SUPERMERCADOS E ATACADOS DE AUTO-
SERVIÇO DO ESTADO DA BAHIA

Mária Euridéia Mendes

SINDECOLF - SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DA CIDADE
DE LAURO DE FREITAS - SINDECOLF

